

Marx e a luta pela redução da jornada de trabalho*

Michael Löwy**

Resumo:

Contrariamente às leituras deterministas e cientificistas d'*O Capital*, aqui se defende que, nesta obra, especialmente no capítulo VIII, articulam-se dialeticamente abordagem científica e tomada de partido, o do proletariado.

Palavras-chave: Karl Marx; *O Capital*; ponto de vista de classe; ciência jornada de trabalho; movimento operário.

Marx and the Struggle for the Reduction of the Workday

Abstract:

In contrast to the determinist and scientific readings of *Capital*, here we argue that in that work, especially in Chapter VIII, the scientific and political perspectives are dialectically related.

Keywords: Karl Marx; *Capital*; class perspective; science of the workday; labor movement.

Há 150 anos foi publicado o primeiro volume d'*O Capital*, de Karl Marx, obra determinante na formação da cultura do movimento operário moderno. Trata-se, porém, de uma obra frequentemente vitimada por leituras reducionistas e dogmáticas, em oposição à letra e ao espírito do livro. Analisemos de modo breve algumas destas interpretações aparentemente inspiradas nos métodos (atribuídos aos) dos indígenas Jivaros, os célebres “*reducteurs de têtes*”.

- 1) Para a maior parte dos “marxistas ortodoxos” da II Internacional – Georges Plekhanov e Karl Kautsky, para mencionar apenas dois exemplos ilustres –, a história do capitalismo descrita em *O Capital* era um modelo universal, destinado a se reproduzir, com pequenas diferenças, em todos os países do mundo – a começar pela Rússia. Ora, em novembro de 1877, Marx havia afirmado o contrário em uma carta à revista russa *Otetchestven-*

* Traduzido do francês por Fabio Mascaro Querido.

** Doutor em Sociologia. Diretor emérito de pesquisas do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS). Autor de vários livros, dentre os quais *A teoria da revolução no jovem Marx* (2012). End. eletrônico: lowmy@free.fr

nie Zapiski (Anais da Pátria), na qual responde às críticas ao *Capital* feitas pelo populista russo Mikhailovski. Neste importante documento, Marx já havia se voltado contra a tentativa de apresentar seu “esboço da gênese do capitalismo na Europa Ocidental” como uma “teoria histórico-filosófica da marcha geral, fatalmente imposta a todos os povos, independentemente das circunstâncias históricas em que eles se encontrem”.

Esta advertência foi esquecida ou ignorada por seus discípulos “ortodoxos”, que se voltaram contra a Revolução de Outubro em nome das “leis da história” pretensamente gravadas no mármore d’*O Capital*. A tal ponto que o jovem Antonio Gramsci, já simpatizante dos bolcheviques, pôde – erroneamente – acreditar que Outubro de 1917 era “uma revolução contra *O Capital*”! No artigo assim intitulado, publicado no jornal socialista italiano *Avanti* em janeiro de 1918, o futuro fundador do Partido Comunista Italiano escreveu:

A revolução dos bolcheviques [...] é a revolução contra O Capital de Karl Marx. O Capital era, na Rússia, mais o livro dos burgueses do que dos proletários. Era a demonstração crítica da necessidade inevitável que na Rússia se formasse uma burguesia, se iniciasse uma era capitalista, se instaurasse uma civilização de tipo ocidental, antes que o proletariado pudesse sequer pensar na sua insurreição, nas suas reivindicações de classe, na sua revolução. Os fatos ultrapassaram as ideologias. Os fatos desmentiram os esquemas críticos no interior dos quais a história da Rússia deveria ocorrer, conforme os cânones do materialismo histórico. Os bolcheviques renegam Karl Marx afirmando, sob o testemunho da ação desenvolvida, das conquistas alcançadas, que os cânones do materialismo histórico não são tão inflexíveis quanto se poderia pensar e como efetivamente se pensou. E, no entanto, os bolcheviques [...] vivem o pensamento marxista, aquele que não morre jamais [...], e que coloca sempre como fator da história, não os fatos econômicos brutos, mas o homem, a sociedade dos homens que se aproximam uns dos outros, se entendem entre si, desenvolvem através destes contatos (civilização) uma vontade social, coletiva, e compreendem os fatos econômicos, os julgam e os adaptam à sua vontade, até que ela se torne o motor da economia, formadora da realidade objetiva, que vive, se move e adquire caráter de matéria telúrica em ebulição, que pode ser canalizada para onde a vontade quiser e como a vontade quiser (Gramsci, 1918).

O voluntarismo do jovem Gramsci é excessivo e sua oposição entre a ação dos bolcheviques e *O Capital*, ou entre os “cânones do materialismo histórico” e o pensamento de Marx, é bastante discutível, mas nem por isso ele deixou de apreender algo de essencial: a história, para Marx, é feita pelos seres humanos e não pelas leis da economia.

Por certo, Marx se interessa pelas leis da economia capitalista, e o objetivo d’*O Capital* é, como ele escreve no prefácio à primeira edição (1867), o de estudar “o modo de produção capitalista e as relações de produção e de troca que lhe correspondem”. Mas a constituição dessas “relações de produção” é inseparável, aos seus olhos, do processo de *luta de classes*. Reduzir os três volumes d’*O Capital* a cálculos científicos sobre a queda tendencial da taxa de lucro, como o fazem tantos economistas marxistas ainda hoje, negligenciando o conflito social e o processo histórico, constitui o resultado de uma visão estreita e reducionista.

- 2) Frequentemente ligada a essa leitura economicista encontra-se uma interpretação d’*O Capital* como obra puramente “científica”, conforme o modelo positivista das ciências da natureza, desprovida de julgamentos morais ou de tomadas de partido “ideológicas”¹. Esta abordagem, cujas origens também remetem à época da II Internacional, persistirá, sob diferentes formas, ao longo de todo o século XX; uma de suas manifestações mais influentes será o anti-humanismo teórico de Louis Althusser – que não esconde sua admiração por positivistas franceses como Augusto Comte ou Émile Durkheim – em *Lire le Capital* (1965), para quem Marx seria “um homem de ciência como os outros”, comparável a Lavoisier, o fundador da química moderna.

Entre aqueles que não renunciaram a uma leitura humanista d’*O Capital* se encontrava um certo Ernesto “Che” Guevara. Referindo-se à grande obra de Marx, o jovem revolucionário argentino-cubano observava: “O peso deste monumento da inteligência humana é tal que ele nos faz esquecer com frequência o caráter humanista (no melhor sentido do termo) de suas preocupações” (Guevara, 1970: tomo III).

Quanto ao próprio Marx: ainda que afirmando a cientificidade d’*O Capital* – no sentido alemão do conceito, dialético, de *Wissenschaft*, como bem mostrou Daniel Bensaid –, Marx sempre assumiu o seu ponto de vista socialmente engajado, escrevendo, no posfácio de 1873 à segunda edição do livro: “Uma vez que tal crítica (da economia burguesa) representa uma classe, ela apenas pode representar aquela cuja missão histórica é revolucionar o modo de produção capitalista, e, finalmente, abolir as classes sociais: o proletariado”. O *ponto de vista de classe* é, portanto, enfaticamente reivindicado por Marx, razão pela qual não se pode compreender o que o distingue dos economistas políticos burgueses sem levar em conta essa

¹ É preciso dizer que certas fórmulas do prefácio à primeira edição (1867) sobre as “leis naturais da economia capitalista” se prestam a este tipo de interpretação. Não é este o caso, bem ao contrário, do prefácio à segunda edição (1873), de inspiração profundamente *dialética revolucionária*.

aposta no proletariado e sua missão revolucionária.

Esse ponto de vista atravessa o conjunto do livro I, mas ele se manifesta de modo particularmente impressionante no capítulo VIII, sobre a jornada de trabalho. Capítulo em que a luta de classes ocupa, de maneira direta e visível, o centro das atenções, e no qual os sentimentos, as emoções e os julgamentos “éticos” do autor estão inscritos de modo explícito em cada página. É bem verdade que não é possível compreender esse capítulo “histórico” sem os conceitos fundamentais elaborados nos capítulos anteriores: valor, força de trabalho, mais-valia, etc. Por outro lado, numa *démarche* dialética, os conceitos “abstratos” assumem seu pleno significado apenas na sua relação com o processo da luta de classes.

Lendo este capítulo, não é difícil perceber que a ciência de Marx não tem nada de “axiologicamente neutra” (o conceito de Max Weber para designar um conhecimento “objetivo”, sem julgamentos de valor): o ponto de vista de classe, os valores ético-políticos do autor são onipresentes, entrelaçando-se à argumentação científica. Como dizia Lucien Goldmann, Marx não “mistura” julgamentos de valor e julgamentos de fato, mas sim faz uso de um método *dialético* no qual compreensão, explicação e valoração são *rigorosamente inseparáveis* (Goldmann, 1959: 293).

Na verdade, o capítulo X constitui um exemplo magnífico do que poderia ser chamado de “a força cognitiva da indignação”: sem esta, a descrição e a análise que Marx faz do conflito entre capital e trabalho sobre a duração da jornada não teria a mesma potência intelectual, a mesma penetração, a mesma acuidade. A capacidade de indignação de Marx é um elemento constitutivo do processo de produção do conhecimento em *O Capital* em geral, e neste capítulo em particular.

Vale observar que a questão da jornada de trabalho, tão importante para Marx, está – como nota David Harvey em seu curso de introdução ao *Capital* – praticamente ausente nos inumeráveis tratados e manuais da economia política burguesa, dos grandes clássicos do século XIX aos seus medíocres discípulos neoclássicos de nossa época. Essa problemática, sem dúvida vital para a grande maioria da população trabalhadora, encontra-se simplesmente “invisível” nas categorias da economia oficial.

Não é possível compreender o comunismo em Marx, o Reino da Liberdade, sem conhecer de perto o seu inverso negativo, o “Reino da Não-Liberdade”, esta fábrica capitalista na entrada da qual poderia estar gravada, segundo Marx, a célebre advertência que Dante Alighieri colocava no portão do Inferno: *Voi che entrate, lasciate qui ogni speranza* [Vós que entraís, deixai aqui toda esperança]. Com a diferença que, para Marx, a esperança operária de sair do inferno capitalista não pode ser apagada: é

precisamente no combate dos trabalhadores para reduzir a duração da sua jornada de escravidão assalariada que são semeadas as sementes do futuro emancipado. A luta pelo tempo livre começa com a guerra de classe em torno da duração do trabalho em meados do século XIX.

Começemos a análise do capítulo por um argumento raramente levado em conta pelas leituras d'*O Capital*: a comparação entre a duração da jornada de trabalho nas manufaturas pré-industriais e no inferno capitalista industrial moderno. Antes do advento da grande indústria, o operário podia viver a semana inteira com o salário de quatro dias. Um empresário se queixava que “nossa plebe manufatureira não trabalha, em média, mais que quatro dias”; ora, isso se tornou impossível com as novas regras impostas pela indústria moderna: os baixos salários e as condições draconianas de trabalho não o permitem mais (1968: 205, 206)². Este diagnóstico é revelador de um aspecto importante do pensamento marxista: sua visão dialética do progresso. Em outra passagem d'*O Capital* Marx propõe o seguinte diagnóstico, que contrasta com a ideologia burguesa do progresso linear: no capitalismo “cada progresso econômico constitui ao mesmo tempo uma calamidade social”. Em outros termos: Marx não nega o progresso tecnológico e produtivo representado pela grande indústria, mas constata que este progresso se acompanha frequentemente de uma dramática *regressão social*, em especial no que se refere às condições de vida e de trabalho dos operários.

É interessante observar que esta percepção dialética do caráter social regressivo do progresso capitalista pode ser encontrada já no *Manifesto Comunista* (1848): a admiração de Marx pelas forças produtivas criadas pela burguesia não o impede de constatar as calamidades sociais que elas representam para o operário moderno, quando comparado ao trabalhador pré-industrial (artesão ou empregado da manufatura):

“O trabalho dos proletários perde todo o seu apelo com o desenvolvimento do maquinismo e a divisão do trabalho. O trabalho se torna um simples acessório da máquina [...]. À medida que o trabalho se torna mais desagradável, o salário diminui. Há mais: a quantidade de trabalho aumenta com o desenvolvimento do maquinismo e a divisão do trabalho, seja pelo aumento das horas trabalhadas, seja pelo aumento do trabalho exigido num determinado tempo, a aceleração do ritmo das máquinas, etc” (Marx; Engels, 1962: 28-29).

² As páginas entre parênteses remetem à edição francesa d'*O Capital* (1968).

Em suma, em comparação às condições pré-industriais, especialmente artesanais, o trabalho se tornou “menos atraente”, “mais desagradável” e, sobretudo, cada vez mais longo. Em *O Capital*, Marx retomaria e desenvolveria esse argumento do *Manifesto*. Seu conhecimento dos mecanismos de exploração da indústria aumentou consideravelmente, e ele irá estudar o fenômeno em todas as suas manifestações.

Bem entendido, Marx não idealiza, em absoluto, as condições de trabalho na servidão ou na escravidão! Ele não deixa de mencionar a situação dos escravos das minas de ouro e prata no Império Romano: trabalhar até a morte era a lei. Mas ele introduz aqui uma distinção essencial:

No mundo antigo são exceções. Mas desde que povos, cuja produção se move ainda nas formas inferiores da escravidão e da servidão, são levados a um mercado internacional dominado pelo modo de produção capitalista, e que por causa disso a venda de seus produtos ao exterior se torna seu principal interesse, desde este momento os horrores do sobretrabalho, este produto da civilização, vem se juntar à barbárie da escravidão e da servidão. Enquanto a produção nos Estados do Sul da União americana estava voltada principalmente para a satisfação das necessidades imediatas, o trabalho dos negros apresentava um caráter moderado e patriarcal. Mas, na medida em que a exploração do algodão se torna o interesse vital destes Estados, o negro é sobrecarregado e o consumo de sua vida em sete anos de trabalho se torna parte integrante de um sistema friamente calculado. Não se tratava mais de obter dele uma certa massa de produtos úteis. Tratava-se da produção de mais-valia. O mesmo se passou com o servo, por exemplo, nos principados danubianos (1968: 181).

O capitalista industrial compartilha com os escravistas americanos, portanto, a busca – por todos os meios – da extensão ilimitada da jornada de trabalho, superando, sem escrúpulos, não apenas os limites morais (as necessidades intelectuais e sociais) senão também os limites psicológicos dos operários e operárias – tendo por resultado o esgotamento e a morte precoce de tantos escravos assalariados. Indiferente a toda consideração moral ou social, o capitalista industrial é impulsionado unicamente pela paixão amarga de prolongar a jornada de trabalho além de qualquer medida (1968:178, 181, 200).

Almejando representar em uma imagem, em uma *alegoria*, o caráter desumano, insaciável e monstruoso do capital, Marx o compara, em diversas ocasiões, a um *vampiro*. É claro que se trata de um julgamento moral, mas a imagem tem um sentido preciso: o capital é trabalho morto (na forma de máquinas, edifícios, dinheiro) que suga o trabalho vivo do operário (1968: 179; 195). Trata-se menos de uma acusação contra o capitalista como indivíduo do que contra o capital como *sistema*. Já no prefácio à primeira edição d’*O Capital*, Marx observa sobriamente:

Para evitar mal-entendidos, ainda uma palavra. Não pintei o capitalista e o proprietário fundiário em cores rosadas. Mas se trata aqui de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, os suportes de interesses e de relações de classe determinadas. Meu ponto de vista [...] permite, menos do que qualquer outro, tornar o indivíduo responsável pelas relações das quais ele é socialmente a criatura, sejam quais forem suas tentativas de se libertar dessa dependência.

No quadro das relações sociais capitalistas e da concorrência feroz pelo mercado, todo comportamento “generoso” é excluído de antemão. Em um curioso e irônico discurso por ele atribuído a um operário, este se dirige nos seguintes termos ao capitalista: “Você pode ser um burguês modelo, talvez até mesmo membro da sociedade protetora dos animais e, ainda por cima, em odor de santidade; pouco importa”. Porque, acrescenta ele, “nos negócios, não há lugar para o sentimento” (1968: 180).

Sem exonerar o burguês de suas responsabilidades, a indignação de Marx se volta acima de tudo à perversidade desumana e injusta do *sistema capitalista enquanto tal*, e de suas leis econômicas cegas e impessoais. É esta lógica implacável que leva o “burguês modelo” amigo dos animais a um comportamento digno de Drácula:

Enquanto capitalista, ele não é senão capital personificado; sua alma e a alma do capital constituem apenas uma. Ora, o capital tem uma inclinação natural, um móvel único; ele tende a aumentar, a criar mais-valia, a absorver, por meio de sua parte constante, os meios de produção, a maior massa de trabalho extra. O capital é trabalho morto que, como o vampiro, sobrevive sugando o trabalho vivo, e sua vida é tanto mais alegre quanto mais ele daí extrai (1968: 179)³.

Em busca de precedentes históricos do brutal tratamento dos trabalhadores pelo capital, Marx se refere à Conquista ibérica das Américas no século XVI: “as monstruosas exações do capital são comparáveis às crueldades dos espanhóis contra os pele-vermelhas da América” (1968: 186). Provavelmente a comparação visa menos o extermínio do que a terrível exploração do trabalho escravo dos indígenas pela oligarquia colonial – sobretudo nas minas de ouro –, denunciada por Bartolomeu de Las Casas. Outra comparação que aparece diversas vezes é

³ Uma imagem que aparece com frequência em Marx para designar o capital é a do Moloch, ídolo pagão que exigia sacrifícios humanos. No capítulo VIII, Marx trata ironicamente do “Deus Capital” a propósito do trabalho de domingo: punido como “profanação do *sabbat*” quando um operário se ocupa de seu jardim, ele é permitido quando é a fábrica que o faz trabalhar “em honra e por amor ao Deus Capital”.

a entre a escravidão assalariada e a escravidão *tout court*, tal como praticada no sul dos Estados Unidos. Evidentemente, Marx não ignora a distância entre as condições de vida do escravo negro e as dos proletários de Londres ou de Nova York: é esta a razão, aliás, pela qual ele apoiará de maneira entusiasta Abraham Lincoln e sua luta pela abolição da escravidão nos Estados Unidos. Mas nem por isso ele deixa de constatar, como muitos observadores, certas analogias. Cita, por exemplo, essa passagem de um artigo publicado no cotidiano conservador *London Daily Telegraph*:

Nos declaramos contra os colonos da Virgínia e da Carolina. Por outro lado, seu mercado de escravos negros, com todos os horrores das chibatadas, seu tráfico de carne humana é mais horrível que essa lenta imolação de homens que ocorre apenas com o objetivo de fabricar velas e colarinhos para o lucro dos capitalistas? (1968: 186).

Marx menciona também os trabalhos do economista antiescravagista John Eliot Cairnes: nas plantações escravagistas do sul dos Estados Unidos, especialmente em Kentucky e em Virgínia, onde a mão-de-obra era abundante, assim como nos trópicos, em Cuba, “nós vemos a classe de escravos não somente alimentada da maneira mais grosseira e exposta às humilhações mais implacáveis, mas também diretamente destruída em grande parte pela longa tortura do excesso de trabalho e da falta de sono e de descanso” (1968: 201).

Comentando essa descrição da brutalidade da escravidão, Marx não hesita em esboçar uma comparação com o que acontece nos países de escravidão assalariada:

Mutato nomine de te fabula narratur! No lugar de comércio de escravos leia-se mercado de trabalho, no lugar de Virgínia e de Kentucky, leia-se Irlanda e os distritos agrícolas da Inglaterra, da Escócia e do país de Gales; no lugar de África, leia-se Alemanha. É sabido que o excesso de trabalho ceifa os refinadores de Londres, e, no entanto, o mercado de trabalho em Londres permanece sempre cheio de candidatos para a refinaria, alemães em sua maioria, condenados a uma morte precoce (1968: 201).

A fim de tentar explicar a realidade da fábrica, Marx faz não apenas comparações, mas também se utiliza, em diversas ocasiões, de uma imagem literária impressionante: o *Inferno* de Dante Alighieri. Referindo-se à indústria química de fósforos, Marx escreve: “A jornada de trabalho varia entre doze, catorze e quinze horas; trabalha-se à noite, as refeições irregulares são realizadas na maior parte do tempo no local da fábrica envenenado pelo fósforo. Dante acharia as torturas de seu inferno ultrapassadas por aquelas destas manufaturas”.

Na sua descrição das condições de trabalho e, sobretudo, dos insuportáveis horários de trabalho nas fábricas capitalistas modernas – sobretudo na Inglaterra, o país capitalista por excelência, mas também na Irlanda, na França e, às vezes, em outros países –, Marx utiliza amplamente relatórios de inspetores de fábrica, de médicos e, muitas vezes, artigos de jornalistas. Esses profissionais da pequena-burguesia parecem manter, por razões diversas em cada caso, uma certa distância em relação aos aspectos mais odiosos do capitalismo. Nos casos dos dois primeiros, uma certa independência, um certo “espírito do *métier*”, e, talvez, motivos religiosos, cumprem certo papel nesta atitude crítica.

Os inspetores aparecem após a aprovação, pelo Parlamento britânico, do *Factory Act* de 1850 (do qual falaremos mais adiante):

Para fazer cumprir essa lei, nomeou-se funcionários especiais, os inspetores de fábrica, diretamente subordinados ao ministério do Interior, cujos relatórios são publicados a cada seis meses por ordem do Parlamento. Esses relatórios fornecem uma estatística corrente e oficial que indica o grau do apetite capitalista (1968: 183).

A jornada desumana de trabalho constitui, sem dúvida, aos olhos de Marx, um dos aspectos mais infames da exploração capitalista: doze, catorze, quinze, dezoito horas diárias de trabalho, ou até mais, são comuns na indústria capitalista do século XIX. Trata-se, insiste Marx, de uma agressão às próprias raízes da vida e da saúde do trabalhador, de onde o recuo da esperança de vida de amplos setores da população trabalhadora:

A produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valia, absorção do trabalho extra, não produz, portanto, apenas o prolongamento da jornada, que impõe a deterioração da força de trabalho do homem, privando-a de suas condições normais de funcionamento e de desenvolvimento, seja no nível físico ou moral; ela produz o esgotamento e a morte precoce dessa força. Ela prolonga o período produtivo durante um certo tempo, abreviando a duração da sua vida (1968: 201).

Essa degradação da saúde dos trabalhadores constitui, em última instância, uma ameaça para as sociedades industriais. Mas, constata Marx, esta não é, em absoluto, a preocupação dos industriais:

Après moi le déluge! [Depois de mim o dilúvio!]. Este é o lema de todo capitalista e de toda nação capitalista. O capital não se inquieta, portanto, nem um pouco com a saúde e a duração da vida do trabalhador, a não ser que seja constrangido pela sociedade. Diante de toda denúncia em relação à degradação física e intelectual, de morte prematura, de torturas do trabalho excessivo, o capital simplesmente responde: ‘Por que nos atormentar com esses suplícios, posto que eles aumentam as nossas alegrias (nossos lucros)?’. É verdade que, tomando as coisas no seu

conjunto, isso não depende da boa ou da má vontade do capitalista individual. A livre concorrência impõe aos capitalistas as leis imanentes da produção capitalista como leis coercitivas externas” (1968: 203)⁴.

Uma vez mais, sem economizar na sua crítica do comportamento cínico dos burgueses, Marx enfatiza a força coercitiva das leis capitalistas, que não deixam espaço à “boa vontade” ou à ética. O que está em questão, em última análise, é a perversidade do *sistema*.

Estudando atentivamente os relatórios dos médicos e dos inspetores de fábrica, Marx descreve de modo concreto e detalhado inúmeros exemplos de tratamentos impiedosos e aviltantes. Não se trata de alinhar estatísticas, mas de mostrar seres humanos vivos, de carne e osso, com nome e sobrenome, sacrificados no altar do Moloch Capital. Um dos casos por ele citado, e que visivelmente o comoveu, é o de uma humilde e pequena costureira inglesa, Mary Anne Walkley, de vinte anos de idade, cujo destino foi registrado na primeira página dos jornais de Londres, em junho de 1863: *Death by simple overwork* – morte por simples excesso de trabalho... Mary Anne trabalhava com sessenta outras jovens num ateliê de costura que preparava, às pressas, as *toilettes* das grandes damas convidadas para o baile de honra da princesa de Gales. Obrigada pelos patrões a trabalhar vinte e seis horas e meia sem interrupção, num cubículo asfíxiante, a jovem adoeceu, vindo a falecer dois dias depois. Mesmo um jornal burguês como o *Morning Star* foi obrigado a reconhecer que “nossos escravos brancos são vítimas de um trabalho que os leva ao túmulo; eles se esgotam e morrem sem alarde” (1968: 193; 194).

Este caso está longe de ser o único: Marx cita longamente o relatório do Doutor Richardson, médico-chefe de um hospital de Londres:

As costureiras de todo tipo, modistas, alfaiates, etc., são atingidas por três pragas: excesso de trabalho, falta de ar e falta de alimentação ou digestão. Em geral, este tipo de trabalho é mais afeito, em qualquer circunstância, às mulheres do que aos homens. Mas o infortúnio da profissão, sobretudo em Londres, é que ela foi monopolizada por vinte seis capitalistas que, através de meios coercitivos decorrentes do próprio capital (*that spring from capital*), economizam a despesa fornecendo a força de trabalho. Esse poder é sentido em todos os ramos da costura [...]. Trabalhar até a morte, tal é a ordem do dia, não apenas na loja dos modistas, mas também em qualquer profissão (1968: 194).

⁴ A frase entre aspas é um célebre poema de Goethe, que Marx insere aqui com distância irônica.

Todavia, de todas as vítimas da jornada desumana de trabalho imposta pelo capital, são *as crianças* as que mais suscitam a indignação de Marx. Os exemplos de trabalho infantil, em especial noturno, ocupam várias páginas desse capítulo. Um relatório de inspetores de fábrica reproduz o testemunho de William Wood, uma criança de nove anos que, desde os oito, era obrigado a trabalhar em uma fábrica de cerâmica das seis da manhã até as nove da noite: quinze horas por dia... Marx cita a este respeito a conclusão do relatório oficial da *Children's Employment Commission*:

Nenhum ser humano pode pensar sobre a quantidade de trabalho que, de acordo com o depoimento de testemunhas, é realizado por crianças de nove a doze anos, sem concluir inevitavelmente que este abuso de poder por parte dos pais e dos empresários não deve ser permitido nem mais um minuto (1968: 195).

Essas crianças, escreve Marx, são jogadas “debaixo das rodas do *Juggernaut* capitalista” (1968: 211). Na Índia, *Juggernaut*, encarnação do deus hindu Vishni, o Senhor do Universo, era levado em procissão em uma carruagem com imensas e pesadas rodas; segundo alguns relatos – pouco importa se verdadeiros ou falsos –, o ídolo, em madeira e pintado de branco, preto e amarelo, exigia sacrifícios humanos na forma de vítimas – muitas vezes crianças – jogadas debaixo das rodas dessa carruagem. Em *O Capital*, Marx utiliza com frequência essa alegoria oriental para denunciar o caráter mortífero do capital, espécie de idolatria que exige sacrifícios rituais da vida humana.

Marx não descreve os trabalhadores apenas como vítimas. Seu ponto de vista não é o da compaixão filantrópica, mas o da *luta de classes*. O conflito em torno da regulação da jornada de trabalho é “uma luta de vários séculos entre o capital e o trabalho” (1968: 203). Não se trata de uma questão jurídica: entre os dois direitos que se afrontam, o do proprietário dos meios de produção e o daqueles que possuem apenas seus braços, é “a força que decide” (1968:180). Como observa David Harvey, embora possa remeter à força física, trata-se aqui sobretudo da força social e política das classes que se enfrentam.

Esse combate começa no século XIV, com o primeiro “Estatuto dos Trabalhadores”, de 1349, sob Eduardo II, e segue até o século XIX. A forma mais simples assumida pela resistência operária é simplesmente a recusa em trabalhar mais. Como observa Marx, não sem ironia, apesar dos esforços do Estado para disciplinar o trabalho,

até a época da grande indústria, o capital não havia conseguido, na Inglaterra, pagando o valor semanal da força de trabalho, se aproveitar do trabalho do operário pela semana inteira, à exceção do trabalhador agrícola. Já que poderiam viver a semana inteira com o salário de quatro dias, os operários hesitavam em admitir que deveriam trabalhar os outros dois dias para o capitalista (1968: 205).

Este estado das coisas provocará violentas críticas dos economistas burguesas, que denunciariam a “ociosidade” dos trabalhadores. Segundo Marx, o mais fanático entre estes acusadores era o autor anônimo do livro *An Essay on Trade and Commerce containing Observations on Taxation*, publicado em Londres, em 1770. Este ilustre economista tinha uma proposta para fazer os preguiçosos trabalharem. Trata-se, resume Marx,

de se aprisionar os trabalhadores que estão sob responsabilidade da caridade pública, em uma palavra, os pobres, em uma casa ideal de trabalho, *an ideal Workhouse*. Essa casa deve ser uma casa de terror. Nesse ideal de *Workhouse*, trabalhar-se-á catorze horas por dia, de tal modo que, subtraído o tempo da refeição, restaria doze horas de trabalho plenas e completas [...]. A ‘casa do terror’ para os pobres que a alma do capital sonhava em 1770, se realizaria alguns mais tarde na gigantesca “casa do trabalho” construída pelos operários manufatureiros, com o nome de fábrica, e o ideal empalideceu diante da realidade (1968: 206).

Em face da escravidão da fábrica, desenvolver-se-ão diversas formas de resistência coletiva dos operários. É a batalha, que se estenderá por todo o século XIX, pela criação de uma jornada de trabalho normal. Trata-se, escreve Marx,

de uma longa guerra civil mais ou menos dissimulada entre a classe capitalista e a classe operária. Tendo começado no âmbito da indústria moderna, a luta devia, em consequência, ser declarada antes de tudo na própria pátria desta indústria, a Inglaterra. Os operários manufatureiros ingleses foram os primeiros campeões da classe operária moderna e seus teóricos foram os primeiros a atacaram a teoria do capital (1968: 222).

A primeira vitória, ainda bem limitada, mais fictícia do que real, foi o *Factory Act* de 1833, que reduziu a jornada de trabalho para... quinze horas! Foi o bastante para que este grande amigo do “progresso industrial” que era o Doutor Andrew Ure – o representante mais feroz dos interesses capitalistas, citado com frequência por Marx – denunciasse o *Bill* (decreto) de 1833 como um retorno aos tempos das trevas! Quer dizer, à “ociosidade” de antes da Revolução Industrial...

O movimento Cartista (1838-1848) – o primeiro grande movimento operário político moderno –, que lutava pelo direito de voto dos trabalhadores, terá um papel importante na conquista de outros *Factory Acts*, em 1844 e em 1847. A proscrição legal dos Cartistas em 1848, cujos chefes foram presos, favoreceu o

contra-ataque dos capitalistas, comparado por Marx à sublevação dos escravagistas do Sul contra a abolição da escravidão defendida por Lincoln:

Os senhores fabricantes não tinham mais, desde então, necessidade de se incomodar. Eles se declararam em revolta aberta, não apenas contra a lei das dez horas, mas também contra toda legislação que, desde 1833, buscou coibir a ‘livre’ exploração da força de trabalho. Foi uma rebelião escravagista (*Proslavery Rebellion*) em miniatura, levada adiante por mais de dois anos com o descaramento mais cínico, a persistência mais feroz e o terrorismo mais implacável (1968: 214).

Por outro lado, a pressão operária não desapareceu, e o desejo dos *Tories* (conservadores) de se vingar das medidas de liberalização do comércio exterior impostas pelos liberais-burgueses favoreceu, num complexo jogo de manobras parlamentares, a regulamentação do trabalho com os *Factory Acts* de 1850 e de 1853. Em seguida, de 1853 a 1860, impor-se-á progressivamente a jornada de dez horas e a interdição do trabalho infantil: segundo Marx, “a força de resistência do capital enfraquece gradualmente, enquanto que a força de ataque da classe operária aumenta com o número de seus aliados nas camadas da sociedade que não tinham na luta nenhum interesse” (1968: 220).

Marx não explicita quem são esses aliados, mas eles incluem, sem dúvida, setores da pequena-burguesia, especialmente os médicos e os *inspetores de fábrica*. Estes últimos jogarão papel central alertando a opinião através de seus relatórios, que denunciavam as condições de trabalho – notadamente o trabalho infantil – nas fábricas e protestavam contra as manobras jurídicas dos representantes do capital (1968: 116, 120). Seria interessante estudar um dia a origem social, a visão de mundo e o comportamento deste grupo sócio-profissional, que se transformou no principal aliado jurídico e político da classe trabalhadora inglesa.

Os Estados Unidos constituem um dos países onde a luta pela redução da jornada de trabalho era mais avançada. Marx menciona com entusiasmo as diversas manifestações dessa luta dos trabalhadores americanos – muitos dos quais imigrantes europeus: alemães, irlandeses ou italianos – pela *jornada de oito horas*. Em agosto de 1866, em Baltimore, o Congresso Geral dos Operários do país adotou uma resolução proclamando: o primeiro passo para libertar o trabalho da escravidão capitalista é a obtenção de uma lei que limite a jornada de trabalho a oito horas. Essa bandeira será retomada, pouco depois, sob impulso do próprio Marx, pela Associação Internacional dos Trabalhadores – a Primeira Internacional –, que aprovou no seu Congresso de Genebra, em setembro de 1866, a luta pela jornada de trabalho de oito horas (1968: 223)⁵. Seria nos Estados Unidos que

⁵ Resolução citada por Marx no capítulo VIII d’*O Capital*.

ocorreria a grande batalha do 1º de maio de 1866 pela jornada de oito horas.

Ao estender, sem respeito por nenhum limite, o tempo de trabalho dos operários, o capital busca reduzir, por todos os meios possíveis, o tempo livre, isto é, o tempo que o trabalhador pode dedicar à autorrealização humana: “o tempo para a educação, para o desenvolvimento intelectual, para a realização de funções sociais, para as relações com parentes e amigos, para o livre jogo das forças do corpo e do espírito, e mesmo para a celebração do domingo [...]” (1968: 220). Para o capital, tudo isso é puro disparate, quer dizer, pura... perda de tempo.

A lista de ocupações do tempo livre, que inclui até mesmo as aspirações religiosas dos trabalhadores, nos dá uma ideia do que poderia ser numa sociedade comunista, isto é, no Reino da Liberdade, uma vida humana emancipada. Uma vida para a qual cada hora de liberdade arrancada ao trabalho assalariado (a serviço do capital) constitui uma promessa, um *avant-goût*, uma prefiguração.

Bibliografia

- ALTHUSSER, Louis (1965). *Lire le Capital*. Paris: Maspéro.
- CHE GUEVARA, Ernesto (1970). *Textes Politiques*. Tomo III. Paris: Maspéro.
- GOLDMANN, Lucien (1959). Ya-t-il une sociologie marxiste? In: *Recherches Dialectiques*. Paris: Gallimard.
- GRAMSCI, Antonio (1918). A revolução contra *O Capital*. Avanti, Milão, janeiro.
- MARX, Karl (1968). *O Capital*. Paris: Flammarion.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1962). *Manifeste du Parti Communiste*. Paris: 10/18.